

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 17 – 2013

Ensaio

SAÚDE DO TRABALHADOR E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DO MODELO OPERÁRIO DE CONHECIMENTO

Katia Reis de Souza¹
André Luis de Oliveira Mendonça²

RESUMO:

Neste ensaio, nosso objetivo consiste em reconstruir a experiência histórica do Modelo Operário Italiano relatada na obra de Oddone e colaboradores, ressignificando-a sob o enfoque da educação. Nós descrevemos a história de luta do movimento sindical italiano, ampliando as bases de sua compreensão por intermédio de uma revisão da literatura. Aqui, nós desenvolvemos o argumento de acordo com o qual o Modelo Operário condensou importantes aspectos de uma linhagem crítica de educação de trabalhadores, da qual Gramsci se destaca como principal referência teórica. Outrossim, ancorados nos princípios do referido Modelo, nós formulamos algumas teses em favor de uma pedagogia da saúde no trabalho – especialmente no que tange à ideia de “trabalho como princípio educativo” de Gramsci e a tradição participativa de educação no Brasil, particularmente na vertente de Paulo Freire –, de modo a servirem como base para novas reflexões e ações no campo da saúde e trabalho.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; educação e trabalho; modelo operário italiano.

¹ Katia Reis de Souza é mestre em Educação e Saúde pelo Nutes-UFRJ; doutora em Saúde Pública pela Fiocruz; pesquisadora do CESTE/ENSP/FIOVRUZ. Endereço eletrônico: katreis@ensp.fiocruz.br

² André Luis de Oliveira Mendonça é mestre e doutor em filosofia e pós-doutorando em saúde coletiva do IMS/UERJ. Endereço eletrônico: alomendonca@gmail.com

**WORKERS' HEALTH AND EDUCATION: INSIGHTS BASED
UPON THE ITALIAN MODEL WORK****ABSTRACT:**

In this paper we aim at rebuilding the historical experience of the Italian Model Work, described in the work of Oddone and co-workers, providing new meaning and enriching it with a focus on education. We describe the period in the history of struggling of the Italian union movement, broadening the basis of its understanding and applications by means of literature review. In this paper we developed the argument according to which the Model Work condensed important aspects of a critical language education of workers in which Gramsci's work is highlighted as the main theoretical reference. Anchored in the principles of this model, we formulated some thesis in favor of a Health pedagogy at work – specially linked to Gramsci's idea of "work as an educational principle" and the participatory and democratic tradition of Brazilian education, particularly, as it is presented in the works of Paulo Freire, so as that these thesis provide a contribution to new insights on the theme.

Keywords: occupational health; education and work; Italian worker model.

INTRODUÇÃO

Como campo especializado da saúde coletiva, a Saúde do Trabalhador (ST) tem como uma de suas propostas fundamentais a investigação do processo de saúde-doença de segmentos de trabalhadores, tendo os próprios trabalhadores como protagonistas do processo de conhecimento e mudanças sobre o trabalho (MINAYO-GOMEZ, 2011; LACAZ, 2007; MENDES, DIAS, 1991). Esta conceituação, amplamente partilhada no campo, não diz respeito somente a uma formulação teórica abstrata. Em verdade, ela resguarda bases históricas de sustentação que expressa o surgimento de um novo paradigma e de uma nova concepção coletiva a respeito da relação entre a saúde e o trabalho. Com isto, afirma-se que tal assertiva pode mesmo ser considerada uma construção advinda da fecunda história de fatos políticos ocorridos na luta por saúde nos ambientes de trabalho. Sobressai neste cenário político uma experiência exemplar – empreendida por trabalhadores e pesquisadores, representando uma mudança qualitativa no modo de pensar e agir a respeito da saúde no trabalho – que ficou conhecida no Brasil na obra de Oddone e colaboradores (ODDONE et al, 1986) como “Modelo Operário Italiano”. De fato, a luta dos Trabalhadores pela Saúde é produto de um patrimônio político do movimento de trabalhadores, herdado e construído na história do movimento operário internacional e em particular do movimento sindical italiano. Aqui, o designaremos por Modelo Operário (MO), assim como o fazem Laurel (1989) e Facchini, Weiderpass e Tomasi, (1991). O MO pode ser interpretado como um plano de conhecimento e de ação política de luta pela saúde, concebido sob o interesse da classe trabalhadora. Seu escopo teórico-metodológico, princípios e pressupostos representam um modo de produção compartilhada de conhecimento sobre a relação saúde e trabalho, sendo construído pela comunidade de trabalhadores em cooperação com pesquisadores a partir da

década de sessenta. Ademais, ele é importante referência e fonte de inspiração até os dias atuais.

É digna de observação uma importante contribuição advinda do MO, hoje parte da legislação trabalhista brasileira, que é o chamado “mapa de riscos”. Facchini, Weiderpass e Tomasi (1997) chamam a atenção para as variadas formas de utilização de “mapas de riscos”, que tem como fonte de inspiração o MO. De acordo com esses autores, trata-se de um modo eficaz de representação dos riscos ocupacionais, constituindo-se em um elemento básico para a estruturação de planos de prevenção dos danos à saúde dos trabalhadores. Muniz et al (2013) analisam o legado do MO e de Oddone no Brasil fazendo referência a conceitos partilhados no campo da saúde coletiva e da saúde do trabalhador, como de “comunidade científica ampliada”, “validação consensual”, a técnica de “instrução ao sócio” enquanto ferramentas teóricas para a reapropriação, pelos trabalhadores, de suas estratégias de ação no trabalho. Segundo Muniz et al (2013), é preciso destacar a importância epistemológica do MO, pois este dispositivo de lutas a favor da saúde no trabalho tem como uma de suas propostas fundamentais ser um modelo operário de produção de conhecimento (BRITO, 2004; BARROS, HECHERT e MARCHIORI, 2006). Para Laurel (1989), no plano epistemológico, o MO postulou a necessidade do processo científico ser parte do projeto de classe.

De acordo com Vasconcellos e Lacomblez (2005), a experiência do MO pode ser interpretada como uma nova capacidade de “ver” o comportamento dos trabalhadores face à defesa da saúde. Trabalhadores que não pediam exames nem medicamentos, mas sim a utilização do saber médico, e de outros campos de conhecimento, com o objetivo de modificar as condições de trabalho, de prevenir as doenças ligadas ao ambiente, de adaptar o meio de trabalho ao homem no trabalho.

Tal é a importância do Modelo Operário, que, de acordo com Laurel (1984), ele chega a ameaçar a hegemonia do campo da medicina do trabalho e

a gerar um ambiente propício à aprovação da lei da reforma sanitária italiana em 1978. Com efeito, uma análise cuidadosa do MO (ODDONE et al, 1986) nos permite diferenciá-lo como fundamentalmente educativo. A experiência levada a termo pelo movimento sindical italiano pode ser mesmo considerada como referência seminal para a construção de propostas de formação e educação de trabalhadores a respeito da relação saúde e trabalho. O seu corpo conceitual e metodológico distinguiu-se por uma valorização da prática, da ação, do trabalho concreto, realizados por equipe interdisciplinar, com a participação dos trabalhadores como protagonistas do processo. Podemos afirmar que existe uma tradição advinda do MO que conjuga formação humana e processos coletivos de mudança no trabalho como par indissociável.

Na Itália, parte do movimento que gerou o MO foi relatada e publicada em um livro de 1977 sob o título original “Ambiente di Lavoro: la Fabbrica nel Territorio” (ODDONE et al, 1986). Sob um olhar retrospectivo, verifica-se que o lançamento deste manual foi o corolário material e simbólico de mais de uma década de luta do movimento dos trabalhadores e intelectuais daquele país, para mudança das condições de trabalho que geravam adoecimento e mortes no trabalho. No livro (ODDONE et al, 1986), encontra-se o relato de somente uma parte daquele clima de renovação cultural ocorrido na história do movimento operário da Itália, pois se trata de um manual, cujo objetivo último é instrumentalizar os trabalhadores para a transformação das condições nocivas de trabalho.

Deve-se, ainda, ter presente que esse movimento, tal como expresso na obra de Oddone e colaboradores (1986), corresponde a certa utopia do século XX, advinda das teses centrais do marxismo, de acordo com a qual o proletariado assumiria o papel ativo na história de lutas sociais até a revolução socialista. Assim, embora os anos de 1960 e 1970 tenham sido fundamentais à construção do Modelo Operário, a sua base teórica e filosófica é sedimentada ainda no início do século XX, particularmente em Turim (cidade italiana

localizada ao noroeste do país) na eclosão dos “conselhos de fábrica”, que têm como importante liderança o intelectual Antonio Gramsci.

É no próprio livro que Oddone e colaboradores (1986) fazem referência a Gramsci, aludindo a relação entre história, indivíduo e mudanças:

Se, de fato, o indivíduo, para mudar, tem necessidade de que toda a sociedade mude antes dele, nenhuma transformação aconteceria. A história é, ao contrário, uma contínua luta de indivíduos e de grupos para mudar o que existe, em cada momento determinado, mas, para que a luta seja eficiente, estes indivíduos e grupos deverão sentir-se superiores ao existente, assim como educadores da sociedade (GRAMSCI apud ODDONE, 1986, p. 133).

A experiência relatada por Oddone e colaboradores (1986) pode ser interpretada como um estudo clássico e paradigmático da área da Saúde do Trabalhador. Neste ensaio, nosso objetivo é reconstruí-la, ressignificando-a e valorizando-a sob o enfoque da educação. Para isto, organizamos este ensaio em cinco seções, a saber: a primeira trata, resumidamente, da influência de Gramsci na história da experiência sindical italiana no período de 1919 à 1920; já a segunda aborda os anos de construção do MO na Itália e os principais marcos, sociais e políticos, que contribuíram para a produção do MO e para a consolidação da reforma sanitária italiana no período que vai de 1960 à 1978. Quanto à terceira seção, desenvolvemos a ideia de “trabalho como princípio educativo” de Gramsci partindo de um diálogo com publicações de autores brasileiros; na quarta seção destacamos os elementos educativos presentes no arcabouço do MO, analisando as aproximações teóricas entre Gramsci, Freire e Oddone, e, por último, as considerações finais.

O argumento central desenvolvido neste artigo é o de que o MO evidencia importantes aspectos de uma linhagem crítica de educação de trabalhadores, da qual Gramsci se destaca como principal referência teórica, e que será desenvolvida no diálogo com uma tradição participativa e democrática de educação no Brasil; para isso, lançamos mão das obras de Paulo Freire.

Registre-se ainda que, no dia 20/10/2011, faleceu Ivar Oddone, intelectual italiano (médico e psicólogo), principal propositor do MO que atuou como assessor de conselhos de trabalhadores na Itália.

Gramsci e os conselhos de fábrica na Itália (1919-1920): os “anos vermelhos”

Não é mera coincidência a luta dos trabalhadores pela saúde ter como um de seus palcos históricos a Itália. Todo arcabouço conceitual e metodológico da experiência sindical italiana foi fortemente influenciado pelo teórico e ativista político italiano, Antonio Gramsci (SOUZA; FALLEIROS, 2011). Sua obra política e filosófica renovou o marxismo e resgatou a originalidade de elementos que conciliam formação da classe operária e ação política. Certamente, Gramsci é um dos grandes pensadores do materialismo histórico do mundo ocidental. Segundo Cavalcanti (1985), é sobre a obra de Gramsci que repousa a formação político-intelectual da classe proletária italiana. Em 1920, durante os movimentos de ocupação de fábricas, Gramsci discutia durante horas com os operários. Verificou-se, principalmente naquele momento, uma grande revolução cultural. É conhecido o movimento de 1919 em Turim, no qual surgiram os “conselhos de fábrica” em quinze empresas, agrupando mais de 30 mil trabalhadores (MACCIOCHI, 1980).

Por conseguinte, o período histórico que aqui colocamos em destaque situa-se nos anos de 1919 e 1920 conhecido como “anos vermelhos” (trata-se de uma referência ao movimento da revolução socialista de 1917 e que reverberou em escala internacional), correspondente àquele no qual Gramsci, ainda membro do Partido Socialista Italiano (PSI), atuava principalmente por meio da revista L'Ordine Nuovo, e era uma das lideranças de organização do movimento dos “conselhos de fábrica” que eclodia em Turim, visando à construção do trabalho livre associado, pois, segundo Gramsci, é no processo

produtivo mesmo que se encontra o fundamento do processo de educação e de emancipação do trabalho (DEL ROIO, 2006).

O L'Ordine Nuovo inicia sua publicação em 1º de Maio de 1919. No artigo de apresentação, Gramsci define o periódico como “um terreno de discussões” (GRAMSCI apud LAJOLO, 1982, p. 34) e de pesquisa, nos moldes de uma revista teórica com o firme propósito da formação de trabalhadores. Sendo que o tema a respeito dos Conselhos de Fábrica torna-se o seu objetivo político fundamental. Com efeito, Gramsci defende, com muita convicção, a ideia de que é preciso superar a dispersão dos sindicatos de categoria e constituir a aliança entre técnicos e operários através da organização dos conselhos de fábrica. Nesse período, sua atenção volta-se inteiramente para o movimento operário turinense e a organização da luta a partir do local de produção, onde Gramsci afirma que a exploração capitalista é mais evidente (LAJOLO, 1982). O conselho de fábrica deve, então, ser a base e o fundamento do Estado operário e socialista e de suas instituições sociais.

O processo produtivo fabril, no pensamento gramsciano, é o princípio pedagógico fundamental. O ponto de destaque aqui é a tese de que o trabalho é o princípio educativo. Para Gramsci, a fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, e as comunidades camponesas são os centros de vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente (GRAMSCI, 2006). A sua análise tem como ponto de partida o universo da fábrica, até então, espaço central da produção capitalista e da extração de mais-valia sobre a força de trabalho. Nesse sentido, é sua própria ação enquanto ativista político-cultural socialista que o leva a privilegiar a fábrica e o trabalho enquanto ponto central da análise (DEL ROIO, 2007).

Em setembro de 1919, é eleito o primeiro conselho de fábrica na empresa metalúrgica Brevetti-Fiat, com o voto de todos os operários. Segundo Lajolo (1982), as longas discussões e diálogos com os operários nas fábricas e nos círculos de educação chamam a atenção para a vocação pedagógica do

trabalho de Gramsci, que todo o tempo partia de uma concepção marxista da história, esforçando-se para que os trabalhadores tivessem uma visão crítica e autônoma de mundo. Naturalmente, para Gramsci, a emancipação do proletariado somente se realizaria através da aquisição da cultura em suas formas mais complexas. A formação dos trabalhadores sempre foi, para ele, um valor irrenunciável, a qual deve ter como propósito não apenas a transformação das relações econômicas e políticas, mas os homens, individualmente, pois são eles os reais sujeitos da história. Para Gramsci, os conceitos devem ser discutidos e elaborados em estreita relação com o conhecimento e a reflexão sobre os fatos concretos da vida, de modo a fazer com que cada trabalhador aguçe suas capacidades críticas.

Gramsci considera os conselhos de fábrica como instrumento básico para a mobilização operária; seriam uma forma de organização para a ação cotidiana. Afirma também que o movimento proletário deve encontrar sua expressão própria, fazer surgir suas próprias instituições. Consoante Gramsci (2006), esta é uma prática política que faz referência permanente ao território da fábrica, do local de trabalho como unidade indispensável à luta.

Os anos de construção do MO e a reforma sanitária italiana (1960-1978): de “volta à Marx”

O modelo de acumulação capitalista italiano dos anos cinquenta e sessenta tinha como um de seus traços fundamentais a produção destinada à exportação e tinha, entre outros elementos, o pagamento de salários baixos nas fábricas. A competitividade internacional leva, então, à reestruturação produtiva e à intensificação do trabalho a partir do final dos anos cinquenta, tendência que se aprofunda especialmente a partir da recessão de 1963-64. A generalização das características tayloristas-fordistas do processo de produção se expressa no incremento acelerado dos ritmos e cargas de trabalho,

demissão de pessoal e desqualificação operária. Este quadro afeta não somente os operários, mas também os técnicos. Laurel afirma que o recrudescimento da exploração e a recomposição da classe operária põem no centro das lutas a "volta à fábrica" (LAUREL, 1989, p.69). O movimento sindical propunha um projeto de transformação da sociedade, articulando luta operária com mudanças conduzidas por outros movimentos sociais organizados; reivindicavam o direito de pesquisar de maneira autônoma o ambiente de trabalho e de lançar proposições para sua transformação (BARROS; HECKERT; MARCHIORI, 2006). A partir da realidade fabril, gestam-se pensamentos de unidade de classe e democracia de base como fundamentos de uma política operária ofensiva, por uma parte, e de luta contra a organização capitalista do trabalho, por outra. É significativo que este processo, também, se expresse no campo teórico com uma "volta a Marx", com uma leitura centrada na análise do processo de trabalho, suas formas históricas específicas e suas implicações na condição operária, objetiva e subjetiva. O período de 1960 a 1968 é, pois, o de gestação em todos os planos de preparação teórica e de ensaio de novas práticas.

Segundo Laurel (1989) é durante esses anos que se desenvolve uma linha de teorização e verificação empírica do caráter histórico e social da enfermidade, que se expressa, por exemplo, nos trabalhos apresentados durante o congresso "A medicina e a sociedade contemporânea" organizado pelo Instituto Gramsci, em 1967. Cabe-nos destacar ainda, neste período, a contribuição do sanitarista italiano Giovanni Berlinguer. Sua obra "A saúde nas fábricas" (1983) é outro importante ensaio a respeito das condições nocivas do trabalho nas fábricas italianas após 1967-68.

Desse modo, abre-se uma vertente de reflexão baseada no marxismo sobre a patogenicidade da sociedade capitalista. Mendes e Dias (1991) lembram que, no campo das idéias sobre saúde, predominava, até os anos 70, a concepção positivista de que a Medicina teria ampla autonomia e estaria no

mesmo nível de outros subsistemas - como o econômico, o político e o educacional. Entretanto, a partir do final dos anos 60, começam a aparecer críticas a esta concepção e a denúncia dos efeitos negativos da medicalização e do caráter ideológico e reprodutor das instituições médicas.

Para Barca (2010), foi nos anos 60 que a abordagem dos sindicatos sobre a saúde ocupacional foi radicalmente revista, após uma revolução em matéria de higiene industrial, que elaborava uma abordagem inovadora para a formação do conhecimento sobre condições de saúde no ambiente de trabalho. Esta nova forma de conhecimento participativo baseava-se sobre uma radical revisão do papel dos “especialistas” de higiene industrial: de cientistas supostamente imparciais, mas, de fato, a serviço da empresa, para “intelectuais orgânicos” a serviço da classe trabalhadora. Isso levou a formular novos instrumentos de conhecimento administrados por trabalhadores e sindicatos, como questionários para coleta de dados e registros de dados sobre o estado de saúde dos trabalhadores.

Em 1968, ocorreram gigantescas mobilizações e, especialmente, as do “outono quente” de 1969 protagonizadas por milhões de trabalhadores. Uma das características dignas de nota dessas lutas que se generalizaram diz respeito às formas de democracia operária direta através de assembleias, da eleição de delegados e conselhos de fábrica surgidos da ação unitária entre sindicalizados e as distintas organizações de trabalhadores não sindicalizados (LAUREL, 1984).

Para Lacaz (1997), o final dos anos 70 foi um período vivido intensamente pelo movimento social, que, no nível mundial, tivera como referência os episódios de Maio de 68, com importantes exemplos de solidariedade de classe, de crítica ao poder legitimado na ciência, e com desdobramentos nas mais variadas áreas, inclusive na luta pela saúde no trabalho.

Na década de 70, ainda na Itália, efetuaram-se reformas importantes na saúde, como, por exemplo, a introdução na estrutura organizacional pública da “unidade local dos serviços sociais e de saúde”, que foram marcos iniciais da política de regionalização da Itália e da ulterior reforma sanitária nacional (PUTNAM, 2002). De acordo com Putnam (2002), neste período, há uma verdadeira “febre de descentralização”; cresce a idéia de “território” para organização do sistema de saúde e nele frutifica-se a concepção de distrito sanitário. Todo o arcabouço metodológico que foi desenvolvido perpassou por três pilares: autonomia local, descentralização e participação do cidadão (GAWRYSZEWSKI, 1991).

O Modelo Operário se gestou nas experiências da Comissão Médica da Câmara do Trabalho de Turim, que, em 1964, se converteu no centro de lutas contra a nocividade do trabalho, na qual participam operários, sindicalistas, estudantes e profissionais. Segundo Laurel (1984), o MO é, sem dúvida, resultado de vários anos de trabalho conjunto entre técnicos (profissionais) e trabalhadores, sobretudo aqueles da 5a. seção da FIAT-Mirafiori, coordenada por Oddone.

Em 1970, é criada a lei “Estatuto dos direitos dos trabalhadores”. Nela, especificamente no artigo 9, normatiza-se o direito de intervenção e controle dos operários na fábrica para proteger sua saúde e integridade psicofísica. Para Mendes e Dias (1991), esta lei de 20 de maio de 1970, mais conhecida como “Estatuto dos Trabalhadores”, incorpora princípios fundamentais da agenda do movimento de trabalhadores, tais como a não delegação da vigilância da saúde ao Estado, a não monetização do risco, a validação do saber dos trabalhadores, a realização de estudos e investigações independentes sobre os ambientes de trabalho.

Durante os anos seguintes se realizam em várias fábricas diversos estudos – em sua grande maioria baseados no MO – a respeito das condições de trabalho e suas repercussões na saúde. De acordo com Laurel (1989),

participam operários de diversos setores, como os automotivos, siderúrgicos, metal-mecânicos e químicos. De fato, verifica-se a grandiosidade do projeto de luta pela saúde nos ambientes de trabalho empreendida, nesse período, por trabalhadores, consolidando um comprometimento de classe em colaboração com pesquisadores e técnicos de saúde.

Em 1972, se calculavam uns dez mil conselhos de fábrica com 97 mil delegados. Nesse período, as massas operárias finalmente exigem a unidade das centrais sindicais que redundará na construção de sindicatos únicos (LAUREL, 1984).

A importância estratégica que chega a ter a saúde na luta contra a organização capitalista do trabalho se expressa na conferência nacional sobre “A proteção da saúde nos locais de trabalho”, ocorrida em Rimini e que foi organizada pelas três grandes centrais sindicais (CGIL, CISL, UIL), em 1972, com a participação massiva dos Conselhos de Fábrica, delegados e profissionais. A conferência de Rimini ratificou o compromisso sindical com as lutas operárias pela saúde no marco da transformação da organização do trabalho, tendo o MO como seu método: “Conhecer para transformar”.

Em dezembro de 1978, eclodiu uma ampla mobilização social por uma reforma sanitária, com a participação de milhares de pessoas da sociedade civil, principalmente trabalhadores, como resultado de um processo de lutas ideológicas e políticas (BERLINGUER, TEIXEIRA, CAMPOS, 1988). A Reforma Sanitária Italiana foi regulamentada por meio da Lei 833/78, e estava comprometida com uma moderna consciência sanitária, com base em um ideário democrático social, com uma proposta de universalizar o acesso e descentralizar a atenção à saúde, representando, assim, um avanço para os setores mais frágeis da sociedade italiana (BERLINGUER, TEIXEIRA, CAMPOS, 1988). O lema era direito, saúde e garantia de assistência a todos e os princípios doutrinários eram: a globalidade, a igualdade, a universalidade e a unicidade (LIMA et al, 2009).

Para Barca (2010), está claro como a experiência de luta pela saúde na fábrica foi utilizada para preparar o terreno para a reforma geral do sistema nacional de saúde pública, que efetivamente foi aprovada em 1978, após cinco greves gerais de “sangue e lágrimas” (BARCA, 2010, p.12). Eram anos em que a fábrica era considerada o foco da política e da vida social italiana, e em que a unidade orgânica entre saúde ocupacional e saúde pública era parte da maneira comum de perceber a realidade social e de saúde do país. A reforma de saúde nacional pareceu, no entanto, uma vitória da aliança entre a ciência militante e o conhecimento popular, entre os especialistas e a classe trabalhadora, o que resultou numa reforma muito mais ampla e geral, envolvendo todo o corpo social do país.

Pela perspectiva da história, as reivindicações a respeito da saúde têm estado presentes nas lutas dos trabalhadores desde o século XIX. A insalubridade do trabalho e seus efeitos devastadores sobre a vida dos trabalhadores eram notícias desde o início da industrialização. No entanto, é preciso considerar que essas demandas por saúde formuladas pelo movimento operário têm sido variáveis. No princípio, as reivindicações sanitárias de maior destaque foram em relação à redução da jornada de trabalho e à regulação do trabalho infantil e feminino. Essas questões destinavam-se a diminuir a exploração da força de trabalho. Posteriormente, com o desenvolvimento da medicina moderna, as lutas dos trabalhadores se centraram em obter acesso aos serviços médicos e o pagamento por danos sofridos em acidentes e pela exposição a substâncias nocivas no trabalho. Mais tarde, no âmbito da luta dos trabalhadores italianos, eles continuam reivindicando aqueles pontos precedentes, mas também mostram um amadurecimento e uma mudança qualitativa no modo de pensar a saúde em sua relação com o trabalho. Como exemplo pode-se citar a expressão cunhada pelo movimento à época: “A saúde não se vende e os riscos se eliminam”. De acordo com Laurel (1989), este pensamento não é somente uma resposta aos patrões, mas traduz a renúncia

de uma linha reivindicativa que monetiza a saúde e considera imutáveis o processo tecnológico e a organização do trabalho. Ainda segundo Laurel (1989), os trabalhadores sabem o que querem e têm uma grande disposição para o combate. No entanto, eles necessitam de instrumentos organizativos e conceituais para alcançar as transformações necessárias à saúde no trabalho. Conclui-se, com Lacaz (2007), que o MO serve com seus fundamentos e princípios para a desnaturalização do adoecimento em decorrência das más condições de trabalho, posicionando-se a favor dos trabalhadores. Com isto, reafirma-se a idéia de que, com todo esse movimento, originou-se um espírito questionador e de resistência partilhada, marca epistemológica que está na origem do campo da saúde do trabalhador. Neste ensaio, consideramos que a tese de Gramsci no que tange à ideia de “trabalho como princípio educativo” é a pedra angular para a formulação de uma pedagogia da saúde no trabalho.

O trabalho como princípio educativo: base de uma pedagogia da saúde no trabalho

Gramsci formulou as bases de uma concepção humanista de educação que equilibra o desenvolvimento tanto da capacidade de trabalhar manualmente (técnica e industrialmente), como das capacidades de trabalho intelectual. Assumindo o enfoque marxista, o autor italiano parte da noção de história como possibilidade, ou seja, da concepção de que o homem é capaz de interferir em seu curso, dado que não existe uma realidade em si mesma, mas sim em relação histórica com os homens que a modificam (GRAMSCI, 1986).

Para Gramsci, “o trabalho como atividade teórico-prática é o princípio educativo” (GRAMSCI, 2006, p.43). O trabalho é a forma própria por meio da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la cada vez mais profunda e extensamente: “A relação entre o operário e seus

utensílios é sempre ativa e criadora” (GRAMSCI, 2006:51). A formação que tem o trabalho como princípio educativo deve ser rica de noções concretas e contribuir para que cada operário e cidadão possa se tornar governante – para isso, o exercício da democracia política é fundamental. Naturalmente que, para esta perspectiva de educação, há o reconhecimento, essencial, da centralidade do trabalho como constituinte da condição humana.

Gramsci explicita ainda uma compreensão do trabalho como princípio educativo enquanto proposta de formação de trabalhadores para a transformação das condições de opressão no trabalho; um de seus propósitos era a formação de intelectuais orgânicos para a análise e a intervenção sobre as formas de exploração geradas pelas bases materiais e não-materiais de produção, com vistas à sua transformação. Para este pensador, todo grupo social cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, como também no social e no político. E afirma: “Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2006:18).

De acordo com Gramsci (2006), no mundo moderno, a educação deve estar estreitamente ligada ao trabalho. A opção pelo trabalho como princípio educativo é também uma opção por uma educação que se oriente pelos interesses de uma classe que precisa desenvolver seus próprios modelos pedagógicos sob bases democráticas, ou, ainda, para poder intervir na realidade como seu sujeito e construtor. Encontram-se aí as bases teóricas de uma vertente de educação de adultos, e particularmente de formação de trabalhadores, que precisam ser ampliadas e revisitadas em diálogo com outras teorias e, principalmente, em sintonia com as questões do nosso tempo.

No Brasil, estudos publicados a respeito da ideia de trabalho como princípio educativo assumem, igualmente, a centralidade da categoria trabalho como o fundamento de uma pedagogia que toma o trabalhador como um ser

histórico, capaz de refletir e atuar como sujeito da história em articulação com o coletivo. Nessa linha de compreensão o conhecimento da ciência em estreita articulação com o senso comum é a base para uma ação educativa que tem como horizonte o pleno desenvolvimento humano e o desenvolvimento do ser omnilateral (ARAÚJO, 2004; GRAMSCI, 2006). Portanto, “o trabalho como princípio educativo” se constitui como um tema capital entre os pensadores do campo da educação que adotam o referencial do materialismo histórico e tomam como foco principal de análise as obras de Gramsci. Embora se constate nas publicações, de base nacional, distintas compreensões e controvérsias relacionadas ao tema, podem-se identificar núcleos de significado comum em algumas publicações (Nosella, 2011; Tumolo, 2011; 2005; Ferreti, 2009; Frigotto, 2009; Saviani, 2007 e Semeraro, 2001).

Convém lembrar que, no campo da saúde e trabalho, o modelo predominante de educação é aquele segundo o qual as doenças são entendidas como consequência do comportamento individual. Grosso modo, o trabalhador é visto como culpado por adoecer. Nesse enfoque, as condições concretas de trabalho não são levadas em consideração. Estudos têm demonstrado a insuficiência dessa vertente, levando à busca de outras abordagens, a fim de que se possam levantar pontos para a discussão em torno de uma nova práxis da educação para a saúde no trabalho (ARAÚJO, 2004). Além disso, devemos ter em mente que os trabalhadores são sujeitos que já possuem conhecimentos elaborados, experiências práticas e vivências que devem ser consideradas como ponto de partida do processo educativo (RIBEIRO, 2009). Assim, consideramos que a aprendizagem que acontece no próprio processo de trabalho deve se constituir como objeto essencial a formação de trabalhadores. Decerto, a perspectiva "histórico-crítica" a respeito da relação saúde e trabalho nos leva a adotar como base da formação de trabalhadores o princípio educativo do trabalho (SAVIANI, 2007).

Um ponto de referência compartilhado entre os principais autores mencionados é o reconhecimento do conceito de trabalho como princípio educativo geral, pressuposto que integra a tradição da pedagogia socialista. Portanto, ao se adotar o trabalho como referência teórica central deve-se partir de uma reflexão, essencial, de como o trabalho se organiza, de como ele se configura no atual contexto do modo de produção econômico e social (SAVIANI, 2003).

Frigotto (2009) defende o argumento de acordo com o qual o trabalho, como princípio educativo (desde Marx), está ligado diretamente à superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. O ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução, primeiramente biológica, e na base desse imperativo da necessidade criar e dilatar o mundo efetivamente livre. Para Frigotto (2009), socializar ou educar-se deve ser tarefa de todos, uma perspectiva constituinte da sociedade sem classes.

Sobre essa mesma base de compreensão, Ferreti (2009) afirma ser necessário, para o bom entendimento do tema, reter que tanto Marx quanto Engels, e depois Gramsci, não pensaram a educação numa perspectiva meramente técnico-pedagógica, mas eminentemente histórico-política, a qual tem por referência principal o embate de classes na sociedade capitalista. Por essa razão, é necessário situar o contexto histórico para apontar caminhos educacionais que, embora limitados pelas condições concretas, visam à sua superação e, mais que isto, à superação do modo de produção que as constituiu.

Outra característica significativa que torna o tema do trabalho como princípio educativo vital ao campo da educação crítica é a perspectiva de superação da dicotomia entre os que fazem e os que dirigem, entre operários e cientistas, entre intelectuais e trabalhadores. Deste modo, Nosella (2011) desenvolve o argumento de que os processos educativos, geral e escolar,

devem estar embasados no próprio processo produtivo de trabalho, com vistas a formar trabalhadores dirigentes.

Em verdade, pôr em prática a ideia de trabalho como princípio educativo não é um processo simples, pois supõe a superação da clássica divisão social do trabalho, que separa os seres humanos entre o grupo que pensa e o outro que dirige. Trata-se, portanto, de se ir além do aspecto estreitamente instrucional de preparação para o trabalho e realizar a tarefa ampla da formação humana, garantindo um processo educativo para a leitura do mundo e para a atuação do trabalhador como cidadão.

Segundo Tumolo (2011), dentre os autores marxistas, provavelmente Gramsci tenha sido aquele que mais abordou o tema da cultura e, por decorrência, da educação. Contudo, Gramsci não era um pedagogo nem um cientista da educação. Para o autor, ele foi, acima de tudo, um grande estrategista, já que buscou compreender os elementos constitutivos fundamentais da realidade capitalista que se configurava no início do século XX. É justamente a partir desse ponto de vista que Gramsci trata as questões da cultura e da educação. Destarte, a idéia de trabalho como princípio educativo constitui-se como uma importante ferramenta teórica para a luta política pela emancipação humana.

Participamos, então, com Semeraro (2001) da assertiva de acordo com a qual, em Gramsci, existe uma “nova inteligibilidade do real” (SEMERARO, 2001, p.95). Esta nova inteligibilidade consiste na formação e na difusão de uma nova racionalidade, de um espírito crítico e de uma sensibilidade que, ao reconhecer os limites da existência e do pensamento humano, abandona qualquer explicação mítica do mundo e recusa todo o princípio de autoridade absoluto e pré-constituído.

O Modelo Operário de Conhecimento e os elementos de uma pedagogia da saúde no trabalho: aproximações entre Gramsci, Oddone e Freire.

Herdeiros da base de compreensão filosófica gramsciana, a experiência do MO pode ser interpretada como um modelo formativo de produção compartilhada de conhecimento entre trabalhadores e pesquisadores sob o enfoque da relação saúde-trabalho. Decerto, na obra de Oddone e colaboradores (1986), desenvolveu-se uma teoria social de formação que tem como princípio fundamental o próprio trabalho e os trabalhadores como sujeitos autônomos referentes à análise dos efeitos do trabalho sobre a saúde.

Freire (1992) refere-se às experiências de formação por meio das lutas político-sindicais, acontecidas na Itália no período pós-68, como experiências pedagógico-sindicais. Ele registrou na obra “Pedagogia da Esperança” (FREIRE, 2006) seu encontro com operários italianos que haviam lido a “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1988) e que queriam esclarecer aspectos em relação direta com sua prática para melhorar as futuras ações. Um dos movimentos desses operários era em favor do direito de estudar no tempo de trabalho, tendo sido vitorioso em muitas fábricas. Lutava-se pelo direito a formar-se no trabalho e a aprofundar a experiência no trabalho para se conquistar saúde. Assim, o MO reafirma elementos universais de formação de trabalhadores e de uma pedagogia da saúde no trabalho.

Consideremos agora alguns princípios do MO (ODDONE et al, 1986) que contribuem para a configuração de um projeto próprio de formação da classe trabalhadora a respeito da relação saúde-trabalho:

Socialização do conhecimento

Nas palavras de Oddone e colaboradores (1986), socializar significa, rigorosamente, “levar o conhecimento aos trabalhadores de uma forma eficaz”

(ODDONE, 1986, p.17). Destaca-se a necessidade da socialização das descobertas e das informações científicas e o papel hegemônico da classe operária. Distingui-se no MO a idéia de socialização dos elementos de conhecimento relativo à nocividade do trabalho pelo processo de formação de trabalhadores, entendida como “um sistema de troca” entre trabalhadores e pesquisadores (ODDONE, 1986, p. 97).

Oddone (1986, p. 77) cita Gramsci, ao afirmar que socializar significa também, e especialmente, “difundir de modo crítico as verdades já descobertas”. Na obra “concepção dialética da história”, Gramsci (1986) afirma que criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais, significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto em base de ações vitais” e continua afirmando que o fato de uma multidão de homens ser conduzida a pensar coerentemente a realidade presente é um fato filosófico bem mais importante e ‘original’ do que a própria descoberta” (GRAMSCI, 1986, p. 15).

Gramsci considera importante o aprofundamento e a ampliação da intelectualidade de cada indivíduo. Segundo esse pensador, a tarefa dos intelectuais orgânicos é empreender, por intermédio da filosofia da práxis, a superação da antiga subordinação do povo à cultura tradicional e reconciliá-lo com sua própria cultura. Porém, é preciso tomar como ponto de partida o senso-comum, que é a “filosofia espontânea” das massas (GRAMSCI, 2006, p. 18).

Essa nova cultura possibilita ainda uma nova maneira de conceber o mundo e o desenvolvimento de novas relações sociais entre os homens. Para Gramsci (1986), as práticas culturais são formativas porque se baseiam, fundamentalmente, na crítica. Não existe uma “evolução espontânea”; é necessária uma luta ideológica, uma “batalha cultural” e pô-la em prática é determinante ao movimento de emancipação dos trabalhadores.

É digna de nota a similaridade entre os conceitos de “filosofia espontânea” de Gramsci (1986, p.11) e o de “observação espontânea” no MO (ODDONE, 1986, p.117). Eles têm em comum a valorização das expressões espontâneas por parte dos trabalhadores, já que estas comportam a recuperação das experiências do trabalho, resultando em um primeiro momento de conhecimento leigo.

Gramsci distinguia a cultura burguesa da cultura proletária. Concebe a primeira como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de um recipiente que se deve encher até as bordas. Por sua vez, a cultura do proletariado é “uma maneira de organizar, de dominar seu próprio eu interior, uma maneira de assumir sua personalidade própria, de aceder a uma consciência superior pela qual se chega a compreender o seu próprio valor histórico, seu próprio papel na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres” (MACCIOCHI, 1980, p.204). Gramsci reafirmou o papel criador da práxis humana na história.

Consoante Freire existe nas práticas educativas que adotam a metodologia participativa uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito ao senso comum que trazem setores populares em sua experiência cotidiana. Esse senso comum, quando problematizado no diálogo, incorpora um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. É no diálogo problematizador que se constrói a crítica e, dessa forma, as pessoas se inserem em sua realidade como verdadeiros sujeitos da transformação (FREIRE, 1977). Trata-se de uma “teoria dialógica da ação”, na qual “os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração” (FREIRE, 1988, p.165).

Grupo operário homogêneo

Esse conceito nos ajuda a entender a importância dos grupos como estratégia de conhecimento sobre a saúde e os processos de trabalho: “São

grupos de trabalhadores que vivem uma experiência cara-a-cara, submetidos à mesma nocividade ambiental” (ODDONE, 1986, p.117).

Os trabalhadores interessados em discutir o processo produtivo e seus efeitos sobre a saúde formam um grupo e esse se torna sujeito ativo da pesquisa. O grupo é certamente um elemento facilitador, onde estão dadas as condições coletivas para se operar a ação educativa e a produção desse conhecimento, sendo também uma forma de se trabalhar e valorizar o saber concreto, vivencial, para recriar possibilidades de vida e satisfação no trabalho.

Um aspecto importante, na teoria de Gramsci, a respeito da formação operária são os chamados “círculos de cultura”. Gramsci sempre empreendeu trabalhos culturais junto a trabalhadores, entre eles os círculos de cultura, compreendendo-os como um trabalho de educação das massas. Criou em Turim, em 1921, o Instituto de Cultura Proletária e, ainda, paralelamente aos conselhos de fábrica, havia criado uma associação cultural (MACCIOCHI, 1980). Cabe ressaltar que os conceitos de cultura e educação em Gramsci e em Freire se aproximam. Para Freire, a ação cultural é também uma ação educativa. Em seu método pedagógico, Freire nomeia as reuniões com grupos, igualmente, de “círculos de cultura”, afirmando que “em diálogo circular revive a vida em profundidade crítica” (FREIRE, 1988, p.17).

Gramsci menciona a importância de desenvolvimento dos “círculos de cultura” responsáveis por organizar e difundir determinados tipos de questões. Os círculos de cultura funcionam por meio da discussão e da crítica colegiada (exercida por meio de sugestões, conselhos, indicações metodológicas e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um é considerado como especialista em sua matéria, a fim de complementar a qualificação coletiva, assegurando-se, assim, uma colaboração mais orgânica (GRAMSCI, 2006).

Porém, não apenas isso, para Gramsci, nos círculos de cultura operária cria-se, também, as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de

intelectuais. Nessa atividade coletiva, são estimuladas novas capacidades e possibilidades de trabalho cada vez mais orgânico. A formação ocorre graças a um esforço espontâneo e autônomo do sujeito, que “não é passivo frente ao que lhe é repassado, não é um recipiente de noções abstratas” (GRAMSCI, 2006, p.44). Para Gramsci, os círculos de cultura devem unificar os vários tipos de organização cultural existentes, integrando o trabalho acadêmico tradicional a atividades ligadas à vida coletiva e ao mundo da produção e do trabalho.

O ponto de destaque é que existe uma clara aproximação entre o repertório de expressões da teoria de Gramsci, aquelas usadas no MO e os conceitos de Freire, obviamente resguardando-se nessa comparação os contextos históricos específicos. Constata-se, então, que as formulações de Gramsci, do MO e de Freire encerram princípios de uma epistemologia participativa e crítica que privilegia o encontro e o debate pedagógico entre trabalhadores e pesquisadores para a produção de conhecimento e valorização da experiência dos participantes. Cabe, pois, concluir que a experiência do MO expõe as flexões que definem um processo educativo, conjugando epistemologia - no sentido de produção de conhecimento - e política - entendida como prática de transformação. Sem dúvida, nessa experiência, converteu-se a produção coletiva de conhecimentos em patrimônio da cultura dos trabalhadores.

Não-delegar

Conforme assegura Oddone, o “não-delegar” refere-se a uma firme posição que tem como pressuposto fundamental que o trabalhador acredite na própria experiência, na experiência como grupo de homens que tinham investigado e confrontado cada uma das observações de que determinada atividade era prejudicial à saúde (ODDONE et al, 1986).

De acordo com Oddone et al. (1986), a autonomia de opinião e a capacidade de contestação foram, precisamente, os elementos que mais caracterizaram a formação ocorrida nos operários. Oddone et al. (1986) chamam a atenção para o aumento da capacidade de os grupos de trabalhadores administrarem diariamente negociações e acordos e intervirem em outras questões relacionadas ao trabalho e à vida na fábrica, que não só diretamente as de saúde. Isso porque, segundo esses autores, muitos grupos de trabalhadores, delegados e conselhos de fábrica souberam incorporar ao seu cotidiano os instrumentos de conhecimento da realidade da fábrica. Sobre essa base de compreensão, constata-se a produção de autonomia como aspecto relevante do processo do MO.

Em Gramsci (1986), a concepção de autonomia está relacionada ao rompimento com uma concepção mágica de mundo, através da crítica. Logo, há a necessidade de uma consciência teórica, obtida por uma elaboração superior da própria concepção do real, unindo teoria e prática. Assim, representa, além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica.

A acepção de autonomia em Freire (1997) expressa a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora, e reconhece a presença humana no mundo como algo original e singular. Presença que intervém, que transforma e que decide. Freire ressalta a autonomia como um imperativo ético fundamental e menciona complementarmente a ética da solidariedade humana e o respeito à dignidade de cada um. De acordo com Freire, nos processos de caráter educativo, deve-se estar atento para a difícil passagem da heteronomia para a autonomia do saber. Ele faz alusão à necessidade das pessoas terem uma visão própria e autônoma de mundo. Assim, educar é criar as possibilidades para a produção do conhecimento ou a sua construção. Educar é substantivamente formar. A experiência, para Freire, assume um caráter

fundamental nos processos formativos. O pensar e o fazer se fundem na dialogicidade, por conseguinte, o momento fundamental da formação é o da reflexão crítica sobre a prática, que modifica ou amplia os saberes precedentes.

Do mesmo modo, na experiência do MO, os trabalhadores tinham como base de sustentação do “não-delegar” a reflexão e a discussão coletiva a respeito da própria experiência do trabalho, os possíveis riscos, a nocividade e, finalmente, a possibilidade de sua modificação. Assim, com Freire (1993), mudando as relações e as tradições autoritárias (no âmbito do trabalho), possibilita-se, ainda que de forma circunscrita, o rompimento com a natureza de opressão e de exploração do modo de produção capitalista.

Considerações Finais

Em 2007, Oddone fez uma reflexão sobre a experiência do MO, na qual afirmou que este modelo vem sendo submetido a provas por todos esses anos por várias organizações de trabalhadores na Itália e em outros países. Segundo esse autor, os trabalhadores expressaram ao máximo a sua capacidade produtiva como seres pensantes; encarregaram-se pessoalmente de não permitirem consequências negativas do trabalho sobre a saúde; desenvolveram (com a ciência) novas formas de comunicação, técnicas que possibilitavam a formalização da representação das condições de trabalho por parte dos trabalhadores e sua interação com a comunidade científica que não conhecia as condições concretas dos postos de trabalho, pois a tendência é considerar a linguagem médica como a única válida. E asseverou que, ainda hoje, ele está cada vez mais convencido de que as situações de trabalho concretas tão bem conhecidas pelos trabalhadores formam parte essencial do conhecimento científico (ODDONE, 2007).

Constatou-se que Gramsci, Freire e Oddone, produziram uma epistemologia política engajada com os movimentos sociais e de trabalhadores, possibilitando que as práticas educativas venham a se tornar processos de produção de conhecimento para transformação da realidade.

As idéias e os ideais da experiência relatada no MO se disseminaram pelo mundo. De acordo com Paiva e Vasconcelos (2011), não há como dimensionar a influência do MO nos diversos países, mas é na América latina, e particularmente no Brasil, que a ideologia da saúde do trabalhador, inspirada no MO, institucionalizou-se de forma mais visceral. O que aqui demonstramos é que as condições de sua divulgação e realização no Brasil são diferentes daquelas em que se originou na Itália, pois têm por base a história e a cultura do movimento sindical brasileiro e o patrimônio político-histórico dos intelectuais da esquerda brasileira. Por fim, confirmou-se, que o patrimônio teórico e metodológico advindos do MO permanecem vivos e seus valores continuam atuantes com grande potencial para se gerar mudanças.

Referências:

ARAUJO, E.G.S. A educação para a saúde dos trabalhadores no contexto da acumulação flexível: novos desafios. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, vol.2, n.2, p. 251-270. 2004.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril, 1974.

BARCA, S. Pão e veneno: Reflexões para uma investigação sobre o ambientalismo do trabalho em Itália, 1968-1998. **Laboreal**, Porto, v. 6, n. 2, p. 10-18, 2010.

BARROS, M.E.B.; HECKERT, L.C.; MARCHIORI, F.M. Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 20-34, 2006.

BERLINGUER, G. **A Saúde nas Fábricas**. São Paulo: Hucitec, 1983.

BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G. W. S. **Reforma sanitária Itália e Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BRITO, J. Saúde do trabalhador: reflexões a partir da abordagem ergológica. In: FIGUEIREDO, M. et al. **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004. p. 91-114.

CAVALCANTI, P.C.U. **Convite à Leitura de Gramsci**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov. 2006.

FACCHINI, L.A.; WEIDERPASS, E.; TOMASI, E. Modelo operário e percepção de riscos ocupacionais e ambientais: o uso exemplar de estudo descritivo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.25, n.5, p. 394-400, 1991.

FERRETTI, C.J. O pensamento educacional em Marx e Gramsci e a concepção de politecnia. **Trab. educ. saúde**. 2009, vol.7, suppl.1, pp. 105-128. ISSN 1981-7746.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Rev. Bras. Educ.**, vol.14, n.40, p. 168-194, 2009.

GAWRYSZEWSKI, V. A integração possível entre o processo de descentralização e a autonomia dos serviços de saúde e a participação do cidadão — relato de experiência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.17-25, 1991.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LACAZ, F.A.C. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, suppl.2, p. 507-519, 1997.

_____. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.4, p. 757-766, 2007.

LAJOLO, L. **Antonio Gramsci: uma vida**. São Paulo: brasiliense, 1982.

LAUREL, A.C. Ciência y experiência obrera: La lucha por La salud em Italia. **Cuadernos Políticos**, México, D. F., n. 41, p.63-83, Julio/diciembre.1984.

LIMA, R.C.G.S. et al. A Construção do Direito à Saúde na Itália e no Brasil na Perspectiva da Bioética Cotidiana. **Saúde Soc**, São Paulo, v.18, n.1, p.118-130, 2009.

MACCIOHI, MA. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1980.

MENDES, R.; DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n.5, p. 341-349. 1991.

MINAYO-GOMEZ,C. Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. In: GOMEZ, C.M.; MACHADO, J.M.H.; PENA, P.G.L (Orgs). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p.23-36.

MUNIZ, H.P.; BRITO, J.C.; SOUZA, K.R.; LACOMBLEZ, M.; Athayde, M. Ivar Oddone e a sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. **Rev. bras. Saúde ocup.** 2013. No prelo.

NOSELLA, Paolo.**Ensino médio: em busca do princípio pedagógico**.*Educ. Soc.*, vol.32, n.117, p. 1051-1066, 2011.

ODDONE, I. et al. **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Reflexiones sobre el modelo obrero italiano. **Revista Sindical Salud, Trabajo y Medio Ambiente**, Lima, v.2, n.5, p. 4-8. 2007.

PAIVA, M.J.; VASCONCELLOS, L.C.F. Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L.C.F; OLIVEIRA, M.H (Orgs). **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 357- 400.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p. 131-152, 2003.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Campinas, vol.12, n.34, p. 152-165, 2007.

SEMERARO, G. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Rev. Bras. Educ.**, Campinas, n. 16, p.95-104, 2001.

SOUZA, K.R.; FALLEIROS, I. Para uma Práxis Educativa em Saúde do Trabalhador. In: VASCONCELLOS, L.; OLIVEIRA, M.H (Orgs). **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 559-598.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.26, n.90, p. 239-265, 2005.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 11, nº 17 – 2013

_____. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Rev. Bras. Educ.** 2011, vol.16, n.47, p. 443-481, 2011.

VASCONCELOS, R.; LACOMBLEZ, M. Redescubramo-nos na sua experiência: O desafio que nos lança Ivar Oddone. **Laboreal**, Porto, v. 1, n.1, p. 38-51, 2005.

Data de recebimento: 05/08/2013

Data de aprovação: 23/10/2013